



SAÚDE MENTAL E JUVENTUDE: MOVIMENTOS SOCIAIS INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Rayssa Milena de Araújo Pontes ¹
Gisele Menezes da Silva ²
Marcela Amaral Rodrigues ³

RESUMO

A saúde mental na juventude indígena brasileira é um tema pertinente para a compreensão da inclusão social desse grupo minoritário nos diversos espaços sociais. Este estudo foi pensado como contribuição teórico-prática para a atuação do profissional psicólogo no contexto da vivência de jovens nos movimentos sociais indígenas. Para tanto, o objetivo principal foi investigar a percepção de estudantes indígenas da Universidade Federal da Paraíba acerca dos estereótipos e estigmas que permeiam essa população, a fim de compreender como estes aspectos contribuem com o processo de exclusão social. Para a realização deste trabalho foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com quatro participantes. Os resultados demonstram que os jovens percebem dificuldades na inserção acadêmica, mas que se mantêm nesse meio e sentem-se mais impulsionados a participarem da luta pelos seus direitos. Conclui-se a importância do psicólogo na atuação de políticas públicas direcionadas a esse público e direcionamentos futuros para estudos qualitativos com jovens universitários indígenas.

Palavras-chave: Juventude, Movimentos indígenas, Preconceito, Estereótipos, Saúde mental.

INTRODUÇÃO

O presente estudo foi pensando considerando uma perspectiva histórico-social acerca das questões que envolvem a adolescência e a juventude, fase por vezes incompreendida e tida como dramática e tormentosa, além de ser marcada por sua instabilidade, entusiasmos e paixões (DELVAL, 1998). O tópico “Juventude e Movimentos Sociais Indígenas” (tema do presente trabalho) permite investigar e descrever os processos histórico-culturais da vivência de jovens indígenas envolvidos no movimento social de sua etnia, destacando os processos individuais de subjetivação diante do seu contexto de desenvolvimento. A iniciativa de produção voltada à saúde psicológica da população indígena ainda é incipiente. Um estudo bibliográfico que investigou as principais plataformas científicas brasileiras (SciELO e BVS-PSI) demonstrou que a publicação de artigos relativos à saúde mental em contextos indígenas começou a aparecer

¹ Graduada no Curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, rayssa.milena.psic@gmail.com;

² Graduada no Curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, gisele-menezes@hotmail.com;

³ Graduada no Curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, amaralsul@gmail.com;



somente em 2006. No estudo em questão, apenas 14 artigos entraram nos critérios de inclusão (BATISTA; ZANELLO, 2016). Desse modo, a justificativa do presente trabalho foi contribuir de forma teórico-prática com a literatura acerca do tema.

Os indígenas da região Nordeste são frequentemente alvo de preconceito justamente por não se enquadrarem no perfil do índio idealizado pela sociedade brasileira. Muitos ainda acreditam que o contato com as novas tecnologias, entre elas a internet, torna os índios “menos índios”, distanciando-os de sua “essência”, sobretudo porque a sociedade ainda se encontra presa ao estereótipo do índio do passado que andava nu e vivia no mato, como se estivessem alheios ao mundo e às evoluções que nele ocorrem (LIMA; POTIGUARA; COMADRE; POTIGUARA; POTIGUARA; POTIGUARA, 2011).

No entanto, os índios possuem uma outra visão acerca disso. Para eles, a apropriação das novas tecnologias permite a criação de novos mecanismos na luta por seus direitos, trazendo um grito de liberdade para o seu povo, uma vez que através dela são capazes de dialogar com outras pessoas, bem como com os poderes públicos, em busca do reconhecimento da categoria e de melhores condições de vida (LIMA, et al., 2011).

A participação dos jovens indígenas Potiguara se dá através dos conhecimentos que são adquiridos e repassados na relação com os anciões - que tendem a ser vistos como modelos a serem seguidos - e pela vivência dentro das aldeias. Antigamente não era dado aos jovens o direito de se posicionarem sobre diversos assuntos relacionados às questões Potiguara, ficando tal função apenas a cargo de liderança. No entanto, com o passar do tempo e aprendizado adquirido pela juventude, os jovens foram ocupando cada vez mais espaços, contribuindo assim, com a formação e desenvolvimento do seu povo. Um exemplo disso foi a formação da OJIP-PB (Organização dos Jovens Indígenas Potiguara da Paraíba), espaço de articulação e discussão da juventude Potiguara (LIMA, et al., 2011).

A elaboração deste trabalho surge a fim de fomentar a discussão acerca dos estereótipos e estigmas que permeiam a população indígena com o objetivo de compreender como eles contribuem com o processo de exclusão social. Para alcançar tal objetivo buscou-se: compreender a percepção de estudantes universitários indígenas acerca do movimento em seu contexto acadêmico; avaliar como a Universidade pode contribuir com esses jovens e suas comunidades; identificar os preconceitos e estigmas sobre a população indígena, bem como suas formas de superação e enfrentamento; conhecer os desafios enfrentados pelo movimento através da fala dos estudantes e sondar como experienciam o sofrimento psíquico.



Assim, a relevância desta proposta debruça-se sobre a necessidade do debate político e social sobre as minorias existentes no Brasil, fundamental ao posicionamento ético, científico e político da Psicologia. Para isso, a população estudada utilizada como foco do presente trabalho foram os jovens indígenas Potiguara, representado por alguns de seus estudantes universitários da Universidade Federal da Paraíba.

REFERENCIAL TEÓRICO

A categorização das fases da vida é demarcada a partir do contexto histórico e cultural do qual os indivíduos fazem parte (MEAD, 2001; AMIT TALAI, 1995 apud SOUZA, DESLANDES e GARNELO, 2011). É nesse sentido que a Escola Formal, surgida entre os séculos XVII e XVIII na Europa, influenciou a configuração dessas fases no Ocidente. Esse aspecto teria permitido o estabelecimento de uma categoria intermediária entre a fase inicial e a vida adulta, frequentemente intitulada de juventude (BOURDIEU, 1983, citado por apud SOUZA; DESLANDES; GARNELO, 2011)

No contexto ameríndio, Souza, Deslandes e Garnelo (2011) exemplificam a importância dos chamados “rituais de iniciação” na demarcação das fases da vida, por meio dos quais o iniciado é visto em um estado de ambiguidade, em fase liminar. Após o ritual, haveria um encaminhamento desse indivíduo para um *status* definido e pleno. Descreve-se que o indígena sul-americano baseia-se nas mitologias para realizar modificações corporais e diversas formas de flagelo durante os rituais, sendo necessária a compreensão de que, nesse contexto, acredita-se que “os indivíduos, desde o nascimento, apreendem valores, normas e costumes sociais por meio dos seus corpos, ou seja, um conteúdo cultural é incorporado ao seu conjunto de expressões ” (ALMEIDA; ALMEIDA; GRANDO, 2010, p. 60).

Neste estudo, considerou-se que as representações dos indígenas acerca da juventude, e das demais fases do ciclo da vida, atualmente partem das concepções típicas da cultura indígena em associação àquelas advindas das transformações históricas vivenciadas ao longo dos anos. Um exemplo dessa transformação é o atual contato com os meios de comunicação, como televisão e rádio, além do mais recente acesso à internet que chegou há alguns anos aos índios Potiguara no município da Baía da Traição – PB, havendo criação de um telecentro na aldeia Cumarú. Por meio da internet, afirma-se que é possível entrar em contato com outros povos, vislumbrar projetos de carreira como o ingresso à universidade, registro do patrimônio imaterial e divulgação da cultura indígena. Em 2005, alguns jovens Potiguara começaram a fazer parte



do site Índios Online, uma rede colaborativa entre povos indígenas (LIMA; POTIGUARA, COMADRE; POTIGUARA; POTIGUARA; POTIGUARA; POTIGUARA, 2011). Outra mudança específica referente ao povo Potiguara foi a adesão da juventude na participação social. Antigamente apenas os indígenas mais velhos que ocupavam cargos de liderança poderiam posicionar-se politicamente.

A educação escolar também surge como fruto da interação com outras tradições culturais. Garcia (2003), citado por Castro-Pozo (2008), destaca como resultado dessa troca cultural, o início do questionamento da barreira de diferenciação entre mestiço e indígena, além do abandono das indumentárias por parte dos jovens indígenas ao ingressarem na escola primária. De acordo com Souza, Deslandes e Garnelo (2011), a socialização e a organização das sociedades indígenas são moldadas pelas relações de parentesco, as quais indicam as estratégias tradicionais de ocupação do espaço (territorialização) que, por sua vez, vêm sendo modificadas nas relações interétnicas.

A organização interna do Povo Potiguara atualmente estabelece-se com a demarcação de 32 aldeias, cada uma apresentando uma liderança ou cacique. Há o cacique geral, um potiguara como coordenador técnico da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e o capitão da nação Potiguara. Nas aldeias, há associações locais que se subdividem de acordo com a finalidade. A exemplo disso encontra-se a Organização dos Jovens Indígenas Potiguara da Paraíba (OJIP-PB). Essas associações visam a elaboração de projetos e a destinação de recursos ou verbas para as aldeias (LIMA et al., 2011).

METODOLOGIA

Para realização deste estudo as pesquisadoras entraram em contato com a SEAMPO (Setor de Estudos e Assessoria a Movimentos Populares) que ocorreu mediante e-mail enviado ao setor, explicando o objetivo do trabalho e solicitando uma possível indicação de estudantes universitários indígenas que poderiam vir a participar do estudo. Após as pesquisadoras entrarem em contato individualmente com cada participante a fim de verificar a disponibilidade e voluntariedade na participação do estudo, a entrevista em grupo foi agendada em uma sala de aula do departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba de modo a facilitar o contato entre entrevistador-entrevistado.

O estudo contou com a participação de quatro voluntários. Todos os participantes serão apresentados por nomes fictícios de modo a preservar o anonimato dos mesmos, portanto, foram



escolhidos os seguintes nomes: Célia, Antônio, Sandra e Vitor. A entrevista contou com a participação de 2 mulheres e 2 homens; com idades que variaram entre 18 e 35 anos. Todos eram estudantes universitários de diferentes áreas, dentre elas: serviço social, física, ciências biológicas e geografia; residiam no estado da Paraíba e eram descendentes das seguintes aldeias: Aldeia São Miguel, Aldeia Caieira, Aldeia Alto do Tambá e Aldeia São Francisco.

Segundo a atual Política Nacional de Juventude (PNJ), no Brasil é considerado jovem todo cidadão ou cidadã da faixa etária entre os 15 e os 29 anos (SILVA; SILVA, 2011). Um dos participantes não se enquadrava no recorte de juventude ao qual esse trabalho se propõe, todavia, sua participação não foi descartada devido a possibilidade de melhor compreender as especificidades do movimento, além da coerência (ou não) das visões de mundo entre este e os demais participantes.

No início da entrevista, os participantes foram informados de que suas identidades seriam preservadas. O termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) foi entregue e os participantes foram informados sobre o direito de desistência da pesquisa, caso em algum momento optassem por essa decisão. Foi solicitado também de forma verbal a permissão para a gravação em áudio da entrevista.

A entrevista ocorreu em forma de roda de conversa, além da aplicação de uma entrevista semiestruturada, onde cada voluntário poderia responder às perguntas, se assim desejasse, concordar ou discordar da fala do outro, e mesmo complementá-las a partir de sua própria perspectiva e vivência. A entrevista teve duração de 01:32:30, foi transcrita e analisada posteriormente pela equipe.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando questionados sobre o que pensam a respeito do que é ser um jovem indígena, todos relataram perceber certa diferenciação entre o jovem indígena e o não indígena. A respeito disso, Célia relata: “(...) é um povo muito minorizado, que é excluído”. Já Vitor disse: “o que nos diferencia, né, é que nós indígenas é [sic] um povo diferenciado, que cultiva sua cultura, a sua tradição e no nosso dia a dia a gente vem sempre cultivando esse processo, né?”. Além disso, Sandra pontuou “realmente, a gente tem essa diferença que faz a gente ser digamos que ‘especial’”. Percebe-se também a demonstração de um sentimento positivo com relação a etnia, como demonstrado na fala de Célia: “sinônimo de guerra, sinônimo de pessoas guerreiras, que lutaram, então, assim, pra mim, ser jovem indígena é ter orgulho de ser quem eu sou.”.



Mesmo diante do sentimento de orgulho, todos compartilham o medo de sofrer preconceito, mola propulsora que influencia negativamente suas relações com o meio social globalizado, principalmente no contexto acadêmico. Esse detalhe fica fortemente demarcado na fala de Antônio, ao descrever o estereótipo que se tem do indígena na sociedade: “(...) índio é cabelo liso, não tem barba, não tem nada, é moreno... Era pra tá nu aqui, andando de cueca, de tanga”. Em seguida, Antônio também fala sobre o processo de miscigenação: “devido a todo um processo de miscigenação que houve no processo de colonização, que, na verdade, foi uma invasão... Então, ser jovem indígena é você se afirmar enquanto indígena e lutar, lutar pelos seus direitos”.

Sobre a importância dos movimentos indígenas e a luta por garantia de direitos, todos os entrevistados confirmaram fazer parte do movimento indígena. Antônio fala que faz parte também do Movimento da Juventude e do Movimento Universitário, enquanto Vitor faz parte do Movimento ligado à saúde, uma vez que dentro do movimento existem várias pautas, propostas e categorias. Descreve que o movimento em si é subdividido em interesses, mas ressalta: “(...) o movimento tem as suas diversidades? Tem. Só que o foco é o mesmo: a causa indígena”. O participante também fala a respeito da questão do distanciamento do Movimento por parte de alguns estudantes. Por medo de sofrerem represália acabam não se envolvendo nas causas do seu povo, realidade que contribui para o seu enfraquecimento. Célia acrescenta: “já somos poucos dentro da Academia, aqui no campus somos muito pouco. E, assim, os poucos que têm lutam, sabe? Mas ainda têm aqueles que se afastam, que ficam ali no canto. Justamente pelo que Antônio disse”.

Quando questionados sobre o fato de terem ou não crescido absorvendo conteúdo da cultura indígena em suas comunidades, todos responderam que sim. Antônio relatou: “algumas aldeias não preservam por completo a cultura porque só é mais vivenciada essa cultura forte quando tá chegando perto do dia 19, quando tem os rituais nas aldeias. É quando outras aldeias dos círculos vizinhos vêm para o ritual daquela aldeia. Isso na semana do indígena, no ‘dia do Índio’. De todos eles, apenas Sandra morou boa parte da vida na cidade, retomando recentemente à aldeia da qual sua mãe faz parte, mas afirma sempre ter tido contato com a cultura, principalmente em virtude de sua família estar envolvida com o Movimento Indígena.

Também foi questionado acerca do papel das tecnologias para o povo indígena. Sandra pontua que avalia o aspecto da modernidade nas aldeias de maneira negativa, pois acaba afastando muitos jovens das tradições (como os rituais), enquanto os participantes Antônio e Vitor ressaltaram pontos positivos, tais como: o acesso a conhecimentos de diferentes locais,



realização de pesquisas, divulgação da cultura indígena e até mesmo a oportunidade de integração com movimentos indígenas de outros estados.

No entanto, também relataram a questão da influência negativa no convívio dentro das aldeias e a veiculação de notícias distorcidas de situações ocorridas nas terras indígenas causando prejuízos à população. Antônio comenta: “é como Vitor falou, muitos alunos estão apenas focados aqui (*aponta para o celular*). Esquece a vizinhança! Então, isso pode acarretar em problemas de saúde, depressão... pode acarretar isso. E *n* fatores que podem afetar tanto a vida social, como pessoal e profissional do indígena”.

Quanto aos danos ocasionados pela veiculação de notícias deturpadas acerca do movimento, Antônio acrescenta: “Muitas vezes pode ser usado como uma coisa negativa. Munição pra o inimigo nos atacar”. O termo “inimigo” a que ele se refere diz respeito a disputas entre diferentes povos que, mesmo com objetivos em comum, ainda apresentam divergências por disputas de interesse de grupos étnicos dos arredores, e que a tecnologia poderia servir de instrumento no acirramento dessas disputas.

Todavia, vale salientar que a mesma tem sido utilizada a nível de Brasil como ferramenta de salvaguarda da memória e tradições do povo indígena através do registro da cultura imaterial e da oralidade, fortalecendo assim a disseminação da cultura indígena (LIMA et al., 2011). Mesmo diante de tantos desafios, foi possível identificar que cada voluntário apresenta uma maneira específica de se relacionar com esses desencontros entre tribos, todos os entrevistados percebem o movimento indígena como lugar de construção dessas relações. Isso é perceptível principalmente quando ressaltam a importância da união para que haja força e continuidade na garantia de resistência, não somente local como nacional.

Para os participantes, fazer parte do Movimento é motivo de orgulho, não só pela oportunidade de estarem a par da causa, desenvolverem habilidades e adquirem conhecimento, como também pela formação de vínculos, conquista de direitos e preservação da própria história. A própria permanência dentro da Universidade Federal da Paraíba, sobre a qual afirmam ter sido a única universidade do Brasil a aderir, até o momento da entrevista, ao programa “Bolsa Permanência” foi conquista alcançada através do movimento estudantil e suas práticas de incentivo à educação.

Esses planos são colocados em prática quando, por exemplo, projetos de acolhimento, recepção e orientação para os jovens recém chegados à Universidade saem da plano da elaboração e se tornam real, como ocorreu com a criação da monitoria indígena, na qual estudantes veteranos auxiliam e tiram dúvidas dos universitários novatos, não somente a



respeito do funcionamento da universidade, como acerca da orientação geográfica do campus, amparo emocional, apoio frente às dificuldades dos cursos, sobretudo decorrentes do defasado ensino público de onde vieram, o que acaba exigindo um esforço dobrado dos estudantes por terem que aprender aquilo que não estudaram nos ensinamentos fundamental e médio.

A criação do Coletivo de Estudantes Indígenas também é outra proposta relatada pelos entrevistados que objetiva realizar visitas em escolas, buscando incentivar estudantes das comunidades indígenas e desmistificar os temores a respeito do ingresso na universidade. A respeito disso Sandra afirma:

É, não queriam e nós, assim, como indígenas e estudantes universitários, nós nos reunimos pra poder ajudar eles, tirar um pouco essa ideia da cabeça deles de que aqui não é um bicho de sete cabeças e que, apesar do preconceito que a nossa etnia tem, é possível está aqui dentro, é possível lutar, é possível conseguir se formar e é possível ser um indígena formado como um branco é formado.

Com relação à maneira como são vistos pelos familiares e por outros jovens da aldeia que não estão na universidade, afirmaram que são considerados, por alguns, como exemplo e motivo de orgulho, enquanto para outros são encarados como “bestas”, como descreve Antônio: “Então, pra muitos a gente é besta porque tá aqui, porque tá estudando, só que pra família é o orgulho, porque há famílias que não tem nenhuma pessoa formada e nós seremos os primeiros. Os primeiros de muitos da geração que está vindo por aí”. Apesar das resistências e lutas diárias enfrentadas pelos jovens indígenas, o estereótipo ainda consiste em um dos principais desafios apontados dentro e fora da universidade, o que pode prejudicar a saúde mental desses estudantes diante dos inúmeros desafios, preconceitos e estereótipos que os rodeiam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que as diferentes fases da vida são demarcadas de acordo com o contexto histórico e cultural no qual os sujeitos estão inseridos. A inserção na Escola Formal trouxe grandes influências e repercussões sobre os modos de ser jovem indígena, no bem-estar psicológico, bem como na maneira como estes são vistos e tratados pela sociedade e desenvolvem seus projetos de vida futuros. Antes, no contexto ameríndio, a demarcação das diferentes fases da vida antes era feita apenas por meio dos rituais de iniciação, momento no qual o sujeito se encontrava em um estado de ambiguidade e, depois disso, passa a ter um status pleno e definido.

O contato com a rotina urbana e com as novas tecnologias também têm, de certo modo, contribuído com o fortalecimento do Movimento Social Indígena a partir da aproximação com



grupos de outros estados, bem como vem auxiliando na promulgação da cultura e na desconstrução dos estereótipos ainda vigentes.

Tem-se visto, ainda, a inserção de jovens nesse movimento, a qual era atribuída somente a pessoas mais velhas e figuras de liderança. Essa mudança acarretou em maior autonomia e protagonismo dos jovens na elaboração de projetos concernentes às questões próprias de fazer parte da juventude indígena, influenciando na construção e fortalecimento da identidade. Por outro lado, ainda se percebe o distanciamento de alguns jovens em relação ao movimento por medo de sofrerem algum tipo de preconceito ao expor suas origens.

Como foi possível observar, o movimento indígena é marcado por uma rede de solidariedade, força e resistência entre os jovens, o que auxilia não somente na construção e luta por seus próprios direitos, tornando-os sujeitos ativos, como na quebra de estereótipos e perpetuação de sua cultura. Uma das formas de superação ressaltada por esse grupo tem sido o apoio da família e dos companheiros do movimento. De acordo com Juliano e Yunes (2014), os laços sociais duradouros são importantes pois fornecem ajuda em tempos de crise, permitindo assim, um enfrentamento e superação diante das situações adversas.

Os seres humanos foram “desenhados” biologicamente para serem sociais e manterem relações, tais aspectos, associados aos fatores ambientais, tanto podem ser protetores como promotores de resiliência. A existência de vínculos e o desempenho de diferentes papéis permitem aos sujeitos se desenvolverem emocional e socialmente, além de fornecer recursos para sua satisfação e saúde mental. Uma rede de apoio social e afetiva eficiente está associado ao fortalecimento de competências, à prevenção de violência e ao senso de pertencimento e da qualidade dos relacionamentos. Tal eficácia será expressa por meio de respostas que gerem significativa redução de sintomas psicopatológicos, tais como a depressão e o sentimento de desamparo. Na ausência dessa rede, ocorre um aumento da vulnerabilidade das pessoas diante de situações de risco (JULIANO, YUNES, 2014).

Conhecer as especificidades da cultura indígena, bem como seus modos de viver e estar no mundo, é fundamental dentro do campo da Psicologia, já que o profissional dessa área lida diretamente com as diferentes formas de subjetividade, podendo atuar na elaboração de políticas públicas e no desenvolvimento de práticas integrativas que possibilitem a discussão e intervenção acerca do jovem indígena que, nesse recorte, vivencia o contexto universitário e lida diariamente com obstáculos pela garantia de seus direitos.

Além disso, é papel do psicólogo ser objeto facilitador na quebra e desconstrução de estereótipos ainda tão fortemente marcados nos dias atuais. Por essa razão, ressalta-se a



importância de desenvolvimento de outros estudos a respeito da temática, sobretudo em relação à cultura indígena da região Nordeste em outros ambientes universitários. Outra forma de compreender a juventude indígena seria entrevistar jovens que, por algum motivo, não ingressaram ou não pretendem ingressar em uma universidade, procurando também verificar suas percepções em relação aos movimentos sociais indígenas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. J. M. DE; ALMEIDA, D. M. F. DE; GRANDO, B. S. As práticas corporais e a educação do corpo indígena: a contribuição do esporte nos jogos dos povos indígenas. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 32, n. 2-4, p. 59-74, dez. 2010.

BATISTA, M. Q. Saúde mental indígena: um desafio interdisciplinar. 2010. 47 f. Monografia (Graduação em Psicologia) – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2010.

BATISTA, M. Q.; ZANELLO, V. Saúde mental em contextos indígenas: Escassez de pesquisas brasileiras, invisibilidade das diferenças. **Estudos de Psicologia**, v. 21, n. 4, 2016.

CASTRO-POZO, Maritza Urteaga. Jóvenes e indios en el México contemporáneo. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 6, n. 2, p. 667-708, 2008.

DELVAL, J. Crescer e Pensar: a construção do conhecimento na escola. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

JULIANO, M.C.C; YUNES, M.A.M. Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. *Ambient soc* 2014; 17(3):135-154.

LIMA, A. S., POTIGUARA, B., COMADRE, C., POTIGUARA, C., POTIGUARA, G., POTIGUARA, I., POTIGUARA, R. Índios na visão dos índios: Potiguara. *Salvador: Thydêwá*. (2011).

SILVA, R. S. DA; SILVA, V. R. DA. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. **Caderno CRH**, v. 24, n. 63, p. 663-678, dez. 2011.

SOUZA, M. L. P. DE; DESLANDES, S. F.; GARNELO, L. Histórias-míticas e construção da pessoa: ambiguidade dos corpos e juventude indígena em um contexto de transformações. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 401-4010, out. 2011.

SOUZA, M. L. P. DE; DESLANDES, S. F.; GARNELO, L. Modos de vida e modos de beber de jovens indígenas em um contexto de transformações. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 709-716, maio 2010.